Eleições 2026: A voragem da polarização e a opção pela disfuncionalidade

José Fogaça

Há dois fatos relevantes que resultam das eleições de 2026 que nos desestabilizam: um é o espantoso autoexílio de Flávio Bolsonaro, outro é a enorme contradição institucional criada entre o primeiro e o segundo turno das eleições

Há uma reflexão que inicialmente se impõe quanto a Flávio Bolsonaro, ex-candidato a presidente da República. Ao abandonar o país, o ex-candidato instalou um estado de perplexidade e incerteza no cenário nacional. Por mais que se queira, não há margem para que se possa enxergar uma conclusão positiva nesse ato político inusitado.

Antes de mais nada, se as acusações levantadas pela imprensa têm fundamento e base probatória e configuram a possibilidade de sua prisão, simplesmente Flávio Bolsonaro não poderia nem deveria ter assumido a condição de candidato.

Em respeito aos seus apoiadores e em nome do projeto político que representa (que recebeu os votos de quase 60 milhões de eleitores), o ex-candidato deveria ter recusado a tempo a candidatura, em favor de uma figura política menos vulnerável, no âmbito de seu espectro político.

A opção de deixar o país, tomada agora, eventualmente se tornaria uma mera opção pessoal, uma decisão de foro particular que não impactaria sua causa política nem aqueles milhões de eleitores que vêm dando sustentação ao projeto eleitoral da direita brasileira.

Numa perspectiva oposta, supondo que as acusações que lhe têm sido feitas são inconsistentes e Flávio Bolsonaro vem sendo vítima de uma ação coordenada de perseguição política, estaríamos diante de uma moldura institucional deformada e perigosa, em que as autoridades teriam deliberadamente assediado um candidato em favor de outro. Se essa hipótese é válida, há algo de muito ruim ensombrecendo

a democracia no Brasil.

Quanto às eleições, passada a refrega do segundo turno, não é possível deixar de lado o que resultou das escolhas que nós, brasileiros, acabamos de fazer.

Em fevereiro de 2027, tomarão posse na Câmara dos Deputados 270 parlamentares dos partidos ou que apenas integram a direita (Avante e Missão), ou que deram efetivo apoio ao candidato da direita no segundo turno (PL, União Brasil, PP, Republicanos, Novo). Se somarmos estes aos 119 deputados eleitos pelos partidos de centro (PSD, MDB, PSDB, Podemos, Solidariedade), os quais no segundo turno mais se inclinaram por Bolsonaro do que por Lula, vamos nos dar conta de que direita e centro elegeram uma bancada de 389 deputados em um total de 513. Essa proporção dá uma clara ideia da condição de minoria e da limitação operacional dos 124 parlamentares integrantes dos partidos de esquerda na Câmara (PT, PSOL, PSB, PCdoB, PV, PDT).

A situação não é diferente no Senado.

Conclui-se, com perplexidade e preocupação, diante desse quadro, que não vivemos um momento edificante neste país. Não só pela batida em retirada do ex-candidato da direita, mas também pelo fato de que, num ato que poderia ser caracterizado como

quase de estrabismo político divergente, em 2026 praticamente os mesmos eleitores que elegeram um Congresso de direita no primeiro turno elegeram um Presidente de esquerda no segundo turno.

Os fatos analisados neste artigo apenas comprovam, desafortunadamente, o quanto a voragem da polarização contamina o tecido democrático do pais, produzindo cada vez maior instabilidade e disfuncionalidade política.